

EFICÁCIA DA SENTENÇA NO PROCESSO CIVIL COLETIVO: REFLEXO NA REPARAÇÃO DAS LESÕES INDIVIDUAIS

Mohema Carla de Almeida Pires¹ e Márcia Santana Soares²

RESUMO

O presente estudo visa examinar os desdobramentos da eficácia da sentença proferida em processo de caráter coletivo no âmbito de cada indivíduo. A questão merece destaque, pois os direitos transindividuais estão fundamentados e expressamente consagrados na Constituição Federal e precisam de um mecanismo adequado para que sejam protegidos, quando ilegítimamente violados, facilitando acesso à justiça aos titulares indeterminados desse direito. Assim, todas as especificidades do direito processual coletivo precisarão ser analisadas, de modo a identificar se a eficácia da sentença proferida na demanda coletiva atinge de fato a vida do interessado e como isso ocorre. Todo esse panorama será analisado sob as especificidades da coisa julgada coletiva, os contornos especiais dados a ela pelo microsistema processual coletivo e a forma como o indivíduo poderá valer-se de seus benefícios. Para tanto, subsídios foram encontrados em uma pesquisa bibliográfica a partir de doutrinas, artigos, legislações e entendimentos jurisprudenciais, utilizando do método dedutivo. A confrontação com reconhecimento do regime jurídico específico da coisa julgada coletiva, da liquidação e execução da sentença coletiva pelo indivíduo ou coletivamente, por meio de pesquisa do tipo bibliográfica e qualitativa, através do método dedutivo, possibilitou a conclusão de que o indivíduo precisa fazer uso de um complexo sistema, caso queira se aproveitar da sentença coletiva, o que nem sempre se reproduz de forma razoável, principalmente porque as decisões dos Tribunais Superiores, assim como as modificações legislativas, não tem sido tais que confirmam a amplitude merecida e condizente com a finalidade da tutela de direitos transindividuais.

Palavras chave: Coisa julgada. Tutela. Coletiva. Direitos transindividuais. Reparação individual.

¹ Graduada em Direito pela Universidade Federal de Goiás. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Uni-Anhanguera. Advogada. Conciliadora Judicial. *Curriculum lattes*: <http://lattes.cnpq.br/1002480676697035>. E-mail: mohemacarla@gmail.com.

² Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1993). Especialista em Direito Penal pela Universidade Federal de Goiás (1997); Mestre em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás (1997). Docente da Universidade Federal de Goiás, do Uni-Anhanguera-Centro Universitário de Goiás e da Universidade Paulista. Pesquisadora integrante do grupo de pesquisa GEP-DIFUSA Grupo de Estudo e Pesquisa em Direitos Fundamentais e Socioambientais, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. *Curriculum lattes*: <http://lattes.cnpq.br/4537709911803669>. E-mail: mssoares38@gmail.com.

EFFECTIVENESS OF THE SENTENCE IN THE COLLECTIVE CIVIL PROCESS: REFLECTION IN THE REPAIR OF INDIVIDUAL INJURIES

ABSTRACT

This paper presents an examine of the the developments regarding the effectiveness from the verdict rendered in a collective process within each individual interested. It will made doctrinal comparison seeking to understand how the legislative and jurisprudence treats the subject. The issue deserves to be highlighted because transindividual rights are fundamental rights expressly enshrined in the Federal Constitution and need an adequate mechanism to be protected when they are illegitimately violated, facilitating access to justice for indeterminate holders of that right. Thus, all the specificities of collective procedural law will need to be analyzed as a means to identify whether the sentence's effectiveness given in the collective case actually affects the life of the interested party, and how. All this panorama will be scrutinized under the specificities of the collective *res judicata*, its special contours applied by collective law microsystem and how the individual will be able to use it for his own benefits. In order to do so, a bibliographical research will be made based on doctrines, articles, laws and jurisprudential understandings. The confrontation with recognition of the specific juridical regime of the thing judged collective, of the liquidation and execution of the collective judgment by the individual or collectively, through bibliographical and qualitative research, through the deductive method, allowed the conclusion that the individual needs to make use of a complex system if one wants to take advantage of the collective sentence. Which does not always reproduce in a reasonable way, mainly because the decisions of the Superior Courts as well as the legislative modifications have not been enough to extent the deserved amplitude according to its purpose of protecting transindividual rights.

Key words: *Res judicata*. Protecting. Transindividual rights. Individual Repair.

INTRODUÇÃO

O reconhecimento da existência de direitos transindividuais ou coletivos *latu sensu* convidou o Direito Processual Civil a se transformar para evoluir do seu aspecto pensado para as lides de natureza individual.

Diante dessa transformação inevitável e do surgimento e amadurecimento do aspecto coletivo do Processo Civil, a discussão posta não pode ser ignorada, visto que em verdade

se trata da efetivação de direitos fundamentais através do procedimento jurisdicional.

Ocorre que a tutela coletiva se desenvolveu, amadureceu, ganhou disciplina própria para propiciar que o processo funcione também para lides coletivas. Na realidade prática, o resultado da demanda coletiva ainda precisa se mostrar na seara individual de cada jurisdicionado lesado, caso contrário, o provimento jurisdicional será inócuo, apenas simbólico.

O presente trabalho está voltado especificamente para a eficácia da sentença proferida em processo coletivo, visando analisar como os efeitos dela atingem cada jurisdicionado que compõe a coletividade que fora a litígio.

Com a atenção voltada especialmente ao tratamento da efetividade da sentença frente aos tutelados, torna-se imprescindível compreender como os limites da coisa julgada são recondicionados para alcançar os interessados que foram substituídos no processo, a fim de analisar como a sentença coletiva chegará, efetivamente, na vida do indivíduo.

Analisa, ainda, as possibilidades processuais de reparação das lesões individualmente consideradas, através das especificidades da liquidação e cumprimento de sentença na ação civil coletiva e do ajuizamento de ações indenizatórias individuais, a necessidade de habilitação dos interessados, as consequências para os processos individuais eventualmente propostos sobre o mesmo objeto, a possibilidade de limitação territorial da coisa julgada e a eficácia *ultra partes* ou *erga omnes* para que a coisa julgada sobressaia dos limites do processo.

O embasamento foi dado pela pesquisa do tipo bibliográfica e qualitativa, com respaldo em doutrinas e legislação, através do método dedutivo, partindo-se da ideia de que é a partir da eficácia da sentença que a prestação jurisdicional alcança o interessado, e relacionando-a com as particularidades da eficácia da sentença no processo civil coletivo e como ela chega até o indivíduo.

EFICÁCIA DA SENTENÇA

O Código Processual Civil de 2015 conceitua a sentença valendo-se tanto do seu conteúdo (arts. 485 e 487), quanto pelos seus efeitos,

tratando-se, portanto, de um conceito híbrido (NEVES, 2017).

Entretanto, Francisco Barros Dias coloca que, tanto Liebman quanto Pontes de Miranda entendem que os efeitos da sentença são sempre o caminho para se trabalhar e compreender a eficácia dela. O autor explica que os estudos acerca da eficácia da sentença sempre tiveram os seus efeitos como referência. Desse modo, A sentença, ao veicular uma norma concreta para as partes do processo, a eficácia dela será sua aptidão “(...) para produzir efeitos, quer com o cumprimento da mesma pelos seus destinatários, quer sancionando-se o destinatário através da autoridade competente quando falha o desiderato natural da norma.” (DIAS, 2015).

Portanto, a eficácia da sentença compreende tanto a força que ela tem, como o efeito que ela produz. A produção e a força de tais efeitos estão intrinsecamente ligadas ao instituto da coisa julgada, porque a produção dos efeitos ocorre, de maneira geral, diante de certa imodificabilidade de seu objeto, o que poderia ser atribuído à coisa julgada material. A força que ela possui, a partir do momento em que nenhuma ferramenta processual pode contestá-la, liga-se ao conceito de coisa julgada formal. Assim, a eficácia da sentença, num plano mais abstrato que o efeito dela, explicita o seu potencial de realização (MIRANDA *apud* DIAS, 2015).

Como consequência, estudar a eficácia da sentença é, em verdade, estudar a coisa julgada e entender suas amplitudes e limitações. Ela consiste na imutabilidade dos efeitos da decisão que não está mais sujeita a nenhum recurso ou remessa necessária, tornando-os imutáveis e indiscutíveis dentro do próprio processo (coisa julgada formal) ou em qualquer outro (coisa julgada material).

Destaque-se que a coisa julgada, seja ela formal ou material, não é um efeito da sentença, mas uma qualidade da sentença que torna seus efeitos imutáveis (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2012).

Ainda dentro da ideia de eficácia da sentença, (DIAS, 2015) comenta ser necessário reconhecer que existem decisões as quais, mesmo depois de proferidas, precisam de execução para serem eficazes de fato.

Existem mecanismos processuais não só para declarar o direito ou condenar o réu, mas para forçar que a decisão seja efetivamente cumprida. Logo após o trânsito em julgado da sentença de liquidação, momento em que se reconheceu a expressão econômica daquilo que se deve, e ela se transforma em um título executivo, esses instrumentos entram em cena para possibilitar a execução forçada.

Nessa fase, que pode consistir tanto no cumprimento de sentença quanto no processo autônomo de execução, a sentença está apta a tornar a prestação realmente concreta para quem foi atingido pela eficácia da decisão (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2012). Sobre a produção de efeitos práticos a partir da prolação da sentença, Humberto Theodoro Júnior acrescenta:

Nessa ótica de encontrar a efetividade do direito material por meio dos instrumentos processuais, o ponto culminante se localiza, sem dúvida, na execução forçada, visto que é nela que, na maioria dos processos, o litigante concretamente encontrará o remédio capaz de pô-lo de fato no exercício efetivo do direito subjetivo ameaçado ou violado pela conduta ilegítima de outrem (THEODORO JÚNIOR 2016, p. 52).

Mediante o cumprimento de sentença, promove-se a realização da exigibilidade de obrigação proferida em sentença de pagar quantia certa, de prestar alimentos e de cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa (BUENO, 2016).

EFICÁCIA DA SENTENÇA NO PROCESSO CIVIL COLETIVO

O fenômeno processual da coisa julgada decorrente da decisão no processo coletivo não se estende apenas às partes do processo, conforme se dá numa lide configurada entre partes singulares.

A propósito, Hugo Nigro Mazzilli afirma que “A solução do problema da coisa julgada foi uma das grandes dificuldades para instituir a defesa coletiva em juízo.” (2016, p. 668). No mesmo sentido, Bruno Miragem assevera que “A eficácia expandida da coisa julgada no sistema do CDC é a pedra de toque da existência do processo civil coletivo” (2012, p. 572). Não de outra forma, Fredie DIDIER JR. e ZANETI JR. afirmam que a coisa julgada coletiva é “(...) ponto central na conformação do devido processo legal coletivo (...)” (2018, p. 443). Significa dizer, é uma discussão indispensável para se verificar a verdadeira efetividade das decisões emanadas de processos coletivos na vida dos jurisdicionados.

Conforme pontuam os supracitados autores, há “(...) de um lado, o *risco* de interferência injusta nas *garantias do membro do grupo*, que poderia ficar sujeito à “imutabilidade” de uma decisão da qual não participou (...)” (DIDIER JR.; ZANETI JR., 2018, p. 444) e, por outro lado, necessário se faz “(...) proteger o réu, que

não pode ser demandado infinitas vezes sobre o mesmo tema, e limitar o poder do Estado, que não pode estar autorizado a sempre rever o que já foi decidido.” (DIDIER JR.; ZANETI JR., 2018, p. 444).

Porém, diferentemente do processo civil clássico, caso a coisa julgada no processo coletivo não ultrapassasse as barreiras consistentes nas próprias partes formais do processo de conhecimento, os lesados, individualmente considerados, os quais não foram parte no processo, não poderiam ser, então, beneficiados (MAZZILLI, 2016).

Diante disso, o Código de Defesa do Consumidor delineou a eficácia da decisão de acordo com o objeto discutido nos autos, ou seja, a natureza do interesse discutido (difusos, coletivos ou individuais homogêneos), disciplinando de forma coerente e integrada o fenômeno (MAZZILLI, 2016).

Eficácia *erga omnes* e *ultra partes* da coisa julgada

De acordo com o art. 103, I, do Código de Defesa do Consumidor, a coisa julgada terá eficácia *erga omnes* quando o interesse levado a juízo for de natureza difusa. Isso significa que aquilo que foi decidido numa ação coletiva em que se discutiu direitos metaindividuais de titularidade indeterminável, a decisão valerá contra todos (BRASIL, 1990).

Da mesma forma, de acordo com o art. 103, II, do mesmo código, se a demanda coletiva versar sobre interesses de determinada classe, grupo ou categoria de pessoas, a coisa julgada ultrapassará os limites do processo, mas terá eficácia *ultra partes*. Assim, independentemente de quem tenha sido o autor da ação, a eventual

decisão pela procedência do pedido “(...) terá sua eficácia projetada para todo o grupo (...) independente de sua participação ou não no processo.” (MIRAGEM, 2012, p. 573).

O inciso III do referido artigo, por sua vez, disciplina que na discussão acerca de direitos individuais homogêneos, a decisão de procedência será imutável *erga omnes*, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores.

O art. 18 da Lei específica da Ação Popular, a seu turno, prevê que a coisa julgada nela produzida operar-se-á *erga omnes* e nas palavras de NEVES, 2017, “(...) a norma se compatibiliza com o art. 103, I, do CDC, considerando-se que a tutela do patrimônio público constitui direito difuso da coletividade.”

De acordo com a Lei nº 12.016/2009, a Lei do Mandado de Segurança, a coisa julgada do mandado de segurança coletivo será limitada aos membros do grupo ou categoria representada em juízo pelo impetrante, se enquadrando, portanto, na expansão *ultra partes* da coisa julgada (BRASIL, 2009).

Coisa julgada *in utilibus*

Na defesa de quaisquer categorias de interesses coletivos, a extensão da coisa julgada “(...) só ocorrerá *in utilibus*, isto é, se houver procedência (...)” (MAZZILLI, 2016). Assim, nota-se que a coisa julgada *in utilibus* é “(...) o efeito útil da coisa julgada (...)”. (MIRAGEM, 2012).

Diante disso, verifica-se que a sentença proferida no processo civil coletivo fará coisa julgada *in utilibus* porque quando a sentença for de procedência ela produzirá efeitos *erga omnes* ou *ultra partes*, mas quando ela for de improcedência, ela não prejudicará direitos individuais (MAZZILLI, 2016). Assim está previsto nos pa-

rágrafos primeiro e segundo do art. 103 do Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990)

Coisa julgada *secundum eventum litis* e *secundum eventum probationis*

O art. 18 da Lei da Ação Popular, o art. 16 da Lei da Ação Civil Pública e o art. 103 incisos I e II do Código de Defesa do Consumidor asseguram que a ação coletiva não fará coisa julgada se a sentença de improcedência se basear em falta de provas (BRASIL, 1965); (BRASIL, 1985); (BRASIL, 1990).

Em relação aos direitos difusos ou coletivos em sentido estrito, caso haja improcedência do pedido por falta de provas, ocorrerá o que a doutrina denomina de coisa julgada *secundum eventum probationis*. Tal regra proporciona a possibilidade de qualquer legitimado retornar a juízo com a mesma demanda julgada improcedente, caso se baseie em prova nova (DIDIER JR.; ZANETI JR., 2018).

Para Bruno Miragem, na defesa de interesses individuais homogêneos, também está presente ocorrência da coisa julgada *secundum eventum probationis*, pois caso haja improcedência da ação, a decisão não afetará aos demais interessados, desde que estes não tenham atuado no processo como litisconsortes do autor coletivo, oportunidade em que serão atingidos pela imutabilidade da decisão (MIRAGEM, 2012).

Em vista do exposto, a adoção da coisa julgada de acordo com o resultado do processo ou com fundamento na insuficiência de provas existe para conferir maior consistência ao objetivo de tutelar os direitos transindividuais, fazendo um casamento com a finalidade da coisa julgada *in utilibus*.

Limites territoriais da coisa julgada

O art. 16 da Lei da Ação Civil Pública limita a eficácia *erga omnes* da coisa julgada decorrente da respectiva ação aos limites da competência territorial do órgão prolator (BRASIL, 1985). Contudo, essa não é a redação original da lei. A alteração se deu em 1997 e decorreu da conversão em lei da Medida Provisória n.º 1.570/97 (convertida na Lei n.º 9.494/97) que, para Hugo Mazzilli desatendia claramente o pressuposto constitucional de urgência (MAZZILLI, 2016) e, para Daniel Amorim Assumpção Neves a alteração teria se dado, supostamente, para atender interesses fazendários, em que o Poder Executivo adotou a regra que lhe pareceu mais interessante (NEVES, 2017).

O critério para fixação de competência nas ações coletivas é, em suma, o local e a extensão do dano levado a juízo. Nos dizeres de MIRAGEM, 2016, “(...) considerando que a competência do juízo se estabelece em face da abrangência do dano, é intuitivo que também que em matéria de eficácia da decisão seja considerada esta em vista do objeto litigiosos (sic) da ação coletiva.”

No entanto, Bruno Miragem e Hugo Mazzilli parecem concordar que o legislador da alteração de 1997 confundiu as noções de competência territorial do juízo e os limites subjetivos da coisa julgada. Concordam, ainda, que a tentativa de limitação do alcance da coisa julgada nas demandas coletivas é ineficaz para o microsistema processual coletivo quando se conjuga o art. 16 da Lei 7.347/85 com as normas do CDC acerca do tema (MIRAGEM, 2012; MAZZILLI, 2016).

Não por outro motivo, Mazzilli traz à baila a apreciação, pelo Superior Tribunal de Justiça, de recurso repetitivo em ação civil pública, em que se ignora a limitação da eficácia da sentença a limites geográficos, restando decidido que o

que deverá ser levado em conta seriam os limites objetivos e subjetivos da decisão de acordo com a extensão do dano (MAZZILLI, 2016). Não bastasse, Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr. enumeram inúmeros julgados do mesmo tribunal superior retirando a aplicação da norma aos direitos coletivos (DIDIER JR.; ZANETI JR., 2018).

OS REFLEXOS DA AÇÃO COLETIVA NA REPARAÇÃO DAS LESÕES INDIVIDUAIS

As implicações nas demandas individuais

Determinadas circunstâncias, relacionadas com as ações individuais propostas pelas vítimas dos eventos danosos, podem influenciar o aproveitamento da coisa julgada coletiva por elas. A ação coletiva pode, por outro lado, interferir na possibilidade de propositura de ações individuais posteriores. (ANDRADE; MASSON; ANDRADE, 2017).

Entretanto, o acesso à justiça não poderá ser obstado diante dessa probabilidade de colisão entre as ações, pois esta é uma garantia constitucional tanto individual quanto coletiva, de modo que “(...) mesmo que em tese seja cabível ação civil pública ou coletiva, isso não obsta o ajuizamento de ações individuais.” (MAZZILLI, 2016).

Porém, a ação individual será inviabilizada caso a ação coletiva transite em julgado antes da propositura de eventual demanda individual correspondente. Diante dessa hipótese, a vítima do evento danoso terá a seu favor um título executivo e, por isso, deverá proceder a liquidação e execução da sentença, e não um processo de conhecimento individual, para o qual lhe faltaria interesse processual (ANDRADE; MASSON; ANDRADE, 2017).

Por outro lado, diante da conjectura de existirem ação individual e coletiva em andamento, o autor individual deverá requerer a suspensão de sua demanda caso queira se beneficiar dos resultados da ação coletiva correspondente, conforme aduz o art. 104 do Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990). Esta é a regra geral da disciplina processual coletiva, contudo, a Lei nº 12.016/2009, que trata do mandado de segurança coletivo, traz regulamentação mais severa. Para o autor de demanda individual, a opção dada pela lei é a de desistência do seu processo, no prazo de 30 dias da ciência de existência de mandado de segurança coletivo que verse sobre o mesmo assunto (BRASIL, 2009).

Além disso, tal lei não faz referência específica ao mandado de segurança individual, mas sim a qualquer ação individual em andamento, o que, na prática, obriga o particular a escolher entre a ação individual e a ação coletiva. A previsão desafia-se com a inafastabilidade da jurisdição prevista na Carta Magna (TARTUCE; NEVES, 2018).

Diante do cenário de uma sentença individual que transite em julgado antes da sentença proveniente da ação coletiva, mesmo que dentro do prazo de 30 dias que possibilita a ciência do autor sobre a tramitação de ação coletiva correspondente, Landolfo Andrade entende que o autor da ação individual não será beneficiado pela eventual coisa julgada coletiva, porque se estaria diante da violação da coisa julgada da sentença individual (ANDRADE; MASSON; ANDRADE, 2017).

Em contrapartida, Hugo Nigro Mazzilli, atento à mitigação da coisa julgada imposta pelo microssistema processual coletivo, sustenta a necessidade de se mitigar a coisa julgada também em processos individuais, nestes ca-

sos. Afinal, se ao particular lhe ocorrer a sorte de ver transitar em julgado a improcedência do seu pedido, ao mesmo tempo que eventual ação coletiva, baseada na mesma causa de pedir, obtenha sucesso, com efeitos *erga omnes*, grande injustiça estará sendo feita, caso a coisa julgada coletiva não o alcance (MAZZILLI, 2016).

O Superior Tribunal de Justiça sedimentou seu entendimento em sentido semelhante. No informativo 585 daquele Tribunal Superior, veiculou-se o Recurso Especial nº 1.593.142-DF, julgado em junho de 2016, o qual trouxe posicionamento favorável ao aproveitamento da coisa julgada coletiva por autores de demandas individuais que não foram notificados sobre a existência de ação coletiva e que não requereram, nos autos de suas demandas, a respectiva suspensão (CAVALCANTE, 2018).

O Código de Processo Civil de 2015, por outro lado, trouxe uma previsão diversa para o sistema de julgamentos repetitivos que, de modo geral, também fazem parte do microssistema processual coletivo. É um método que impõe ao relator determinar a suspensão de todos os processos pendentes do território nacional, sejam eles individuais ou coletivos, que versem sobre a questão submetida a julgamento. As partes serão, então, intimadas da decisão de suspensão de seu processo, oportunidade em que deverão, caso queiram, comprovar a distinção entre a sua própria questão e aquela discutida em sede de recursos repetitivos, visando o prosseguimento de sua demanda individual (BRASIL, 2015).

A esse sistema, a doutrina dá o nome de *opt-out*, porque ao particular é dada a opção de se excluir do processo coletivo, comprovando a aludida diferenciação, inversamente ao sistema denominado *opt-in*, que ocorre na sistemática proposta pelo Código de Defesa do Consumidor (MAZZILLI, 2016).

Outra novidade em relação às demandas

de cunho coletivo trazida pelo CPC é o instituto do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR, o qual viabiliza a reunião de processos que versem sobre uma mesma questão de direito e permite que a decisão proferida em sede de IRDR de fato vincule todos os outros casos que sejam de competência de julgamento do mesmo Tribunal (BUENO, 2016).

A repercussão da coisa julgada coletiva na seara individual do jurisdicionado

O mais importante da tutela coletiva é a efetividade que o resultado do processo apresenta ao indivíduo lesado, que foi afetado, de alguma maneira, pelo dano coletivo, mas que precisa, em verdade, do resultado da demanda em seu aspecto individualmente considerado.

O Código de Defesa do Consumidor prevê, em seu art. 94, a publicação de um edital, contemporaneamente à propositura da ação, com o fim de convocar os interessados em intervir, como litisconsortes, no processo em que se discute direitos individuais homogêneos. Ainda, o diploma legal garante, através do art. 103, §2º, aos interessados que não tiverem figurados como litisconsortes, a possibilidade de propor ação a título individual no caso de improcedência do pedido da ação coletiva, já que apenas na hipótese de procedência do pedido a sentença fará coisa julgada *erga omnes* (BRASIL, 1990).

Destarte, sendo *secundum eventum litis* a extensão da coisa julgada e havendo oportunidade para o lesado individual intervir na ação coletiva para tutela de direitos individuais homogêneos, participando do contraditório efetivo, essa possibilidade vinculará o interveniente à decisão então proferida em sede coletiva, sob pena de esvaziar o sentido dessa possibilidade de intervenção (DIDIER JR.; ZANETI JR., 2018).

Dentro desse cenário, caso a demanda coletiva seja julgada improcedente com suficiência de provas, haverá coisa julgada no âmbito coletivo, sem impedimento para ajuizamento de ação individual, desde que este interessado não tenha participado diretamente do processo como litisconsorte, hipótese em que a haverá coisa julgada material contra ele.

Por outro lado, sendo procedente a demanda, a coisa julgada será transportada *in utrilibus*, dispensando que o particular prove o fato e a responsabilidade decorrente dele, restando a necessidade de comprovação apenas do nexo com o seu dano individual (MAZZILLI, 2016).

Inferese, portanto, que o transporte do efeito útil da coisa julgada evita a promoção de um novo contraditório em sede de ações individuais, restando para o titular do direito apenas a promoção da liquidação respectiva (MIRAGEM, 2012). Além disso, o sujeito que se beneficia do transporte *in utrilibus* da coisa julgada coletiva terá ao seu dispor o título para uma execução individual. Contudo, para executar essa sentença coletiva, a vítima, previamente, necessitará de liquidar seu crédito (DIDIER JR.; ZANETI JR., 2018).

O transporte do efeito útil da coisa julgada é a forma com que a decisão coletiva ganha contornos na vida de cada indivíduo representado pela coletividade que foi a juízo, e sua abrangência se afina teleologicamente com a razão de ser da tutela coletiva.

Cumprimento individual da sentença proferida em ação coletiva

Como consequência do transporte da coisa julgada *in utrilibus* para o plano individual do lesado, a sentença condenatória genérica passa a

ser um título executivo judicial para cada indivíduo titular do direito nela tratado.

Já que os interesses individuais homogêneos, apesar de serem tutelados coletivamente, constituem, em verdade, interesses individuais e divisíveis, é possível que cada interessado busque a satisfação do seu crédito de modo individualizado (ANDRADE; MASSON; ANDRADE, 2017).

Por essa razão, o Código de Defesa do Consumidor disciplinou, nos arts. 97 a 100, a liquidação e a execução da sentença condenatória em prol dos direitos individuais homogêneos, com legitimidade outorgada, preferencialmente, a cada um dos lesados e seus sucessores (ANDRADE; MASSON; ANDRADE, 2017).

Diz-se preferencialmente porque os legitimados extraordinários também poderão fazê-lo, em que pese provar a situação concreta de cada uma das vítimas seja inviável na prática, razão pela qual, apenas na falta dos próprios lesados ou seus sucessores “(...) é que os colegitimados à ação civil pública ou coletiva terão legitimação sucessiva e subsidiária.” (MAZZILLI, 2016, p. 653-654).

Atente-se, contudo, para o fato de que esta sentença condenatória proferida em ação coletiva em que se discute direitos individuais homogêneos não é fixado o dano específico de cada vítima do evento, afinal, isso depende de provas que não podem ser feitas na demanda coletiva, além de ser inevitavelmente variável para cada interessado, motivo pelo qual a lesão de cada prejudicado não prescinde de liquidação individual (MAZZILLI, 2016).

Nesse momento, o interessado deve também comprovar sua própria condição de vítima, visto que na decisão genérica não foi identificada cada um das vítimas do evento, ou seja, é sub-

jetivamente ilíquida, assim como o nexo causal entre o evento comprovado na ação coletiva e os prejuízos individualmente sofridos por ele, além de quantificar esses danos (ANDRADE et al. 2017). É o que se denomina de liquidação imprópria, a qual não correrá como fae do mesmo processo (DIDIER JR.; ZANETI JR., 2018). Cabe ressaltar que o resultado indenizatório da ação coletiva em prol de direitos individuais homogêneos é destinado às próprias vítimas lesadas (MAZZILLI, 2016).

Desse modo, apenas havendo saldo remanescente é que a indenização pleiteada será destinada ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos de que trata o art. 13 da Lei n.º 7.347/1985 (BRASIL, 1985).

Percebe-se que somente após a persecução de todo esse caminho é que, efetivamente, a sentença que trata de direitos transindividuais de natureza individual homogênea adentrará na órbita da vida do interessado, proporcionando-lhe a efetiva tutela jurisdicional específica.

Por outro lado, a execução de sentença que tem como objeto um interesse difuso ou coletivo em sentido estrito é executada de modo coletivo, pela associação autora da ação, ou, no caso de sua inércia, pelo Ministério Público, obrigatoriamente, ou pelos demais colegitimados, facultativamente, em consonância com o disposto no art. 15 da Lei da Ação Civil Pública (BRASIL, 1985). Assim, os indivíduos só obterão o proveito da sentença coletiva de maneira residual, devendo haver um processo cognitivo de liquidação em que se prove o prejuízo individualmente sofrido para além do dano sofrido de modo geral pela coletividade (NEVES, 2017).

Cumprido destacar que o Superior Tribunal de Justiça entende pela impossibilidade de execução individual de sentença coletiva por pes-

soa não associada à associação autora da ação. Foi o posicionamento veiculado no informativo nº 565 do STJ. Para o Tribunal da Cidadania, uma associação, quando propõe ação coletiva, atua como representante dos respectivos associados, e não sua substituta processual, motivo pelo qual a procedência da ação coletiva não se aproveita ao individual não associado para proceder com execução individualizada. A exceção a este entendimento cabe apenas para quando a ação for um mandado de segurança coletivo (CAVALCANTE, 2018).

Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr. posicionam-se de forma contrária este entendimento. Para os autores, a coisa julgada coletiva é para o membro da coletividade, e não para membros formais de determinado grupo. Até mesmo porque, tecnicamente, o direito coletivo é indivisível, de modo que “Todo aquele que pertencer ao grupo (categoria ou grupo de vítimas, p. ex.) poderá valer-se da coisa julgada coletiva para obter a proteção em sua esfera jurídica individual.” (DIDIER JR.; ZANETI JR., 2018, p. 453).

De fato, o raciocínio jurídico que melhor se coaduna com o microsistema coletivo e com a melhor prestação jurisdicional ao indivíduo atingido pela eficácia da sentença coletiva é aquele que compreende amplo acesso à justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coisa julgada é que confere à sentença a estabilidade necessária para que ela tenha força e produza os efeitos correspondentes ao pedido levado a juízo. Assim, a sentença passa a ser eficaz e a eficácia dela é delimitada pela Lei Processual para que atinja os destinatários corretos. Após alcançá-los, a coisa julgada ainda não garante que aquela decisão se torne, concreta-

mente, um provimento jurisdicional, sendo necessário, quase sempre, que a execução de seus mandamentos seja forçada pelo Estado.

No Processo Civil Coletivo, a eficácia da decisão pode ser transportada para alcançar interessados que não figuraram como partes no processo, caso seja procedente, mas não os prejudica em caso de insucesso. Além disso, a ação que for julgada improcedente por falta de provas poderá ser reproposta por outro interessado, para levar a juízo um novo arcabouço probatório. Os indivíduos podem habilitar-se na demanda coletiva para receberem os créditos que entendam devidos caso estejam vinculados a essa decisão por uma homogeneidade fática ou jurídica.

Entretanto, o provimento jurisdicional efetivo encontra empecilhos naturais, posto que pretende alcançar um número grande de pessoas, geralmente indeterminadas. Assim, mesmo que a eficácia da decisão coletiva alcance determinados indivíduos lesados pelo prejuízo que atingiu uma coletividade, esse sujeito não terá o usufruto dos resultados de uma indenização conseguida numa ação coletiva bem conduzida, caso não se habilite, ou não consiga comprovar o nexo causal entre o dano coletivamente sofrido e seus prejuízos individualmente vivenciados.

As demandas propostas individualmente podem ser suspensas e, em determinados casos, o indivíduo deve mostrar a coincidência do seu caso ao caso coletivo para que se torne destinatário da eficácia da sentença coletiva. Entretanto, em outros momentos deverá provar a diferença de seu caso concreto com aquele discutido coletivamente para que não seja atingido pela tese jurídica a ser definida na ocasião.

O cumprimento de sentença nem sempre obtém o número de habilitados condizente com

a indenização à qual o réu é condenado, e o valor fica destinado a fundos específicos. O ente legitimado para a ação coletiva pode vir a ter fortes argumentos jurídicos e rico arcabouço probatório para provar o fato lesivo contra uma coletividade, mas dificilmente poderá provar o dano individualmente experimentado por cada componente desse grupo.

Os entraves são vários, mas a interpretação do microsistema processual coletivo que seja voltada para o amplo acesso à justiça e para o efetivo provimento jurisdicional, pode fazer com que a eficácia da decisão seja realmente experimentada pelo jurisdicionado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A; MASSON, C.; ANDRADE, L. **Interesses difusos e coletivos**. 7. ed. São Paulo: Método, 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 jul. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm>. Acesso em: 31 mar. 2019.

_____. **Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm>. Acesso em: 31 mar. 2019.

_____. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm>. Acesso em: 31 mar. 2019.

_____. **Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.planalto.gov>>.

- br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12016.htm>. Acesso em: 31 mar. 2019.
- _____. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 31 mar. 2019.
- BUENO, C. S. **Manual de direito processual civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- CAVALCANTE, M. A. L. **Vademecum de jurisprudência dizer o direito**. Salvador: JusPodivm, 2018.
- CINTRA, A. C. de A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R.. **Teoria Geral do Processo**. 28. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.
- DIAS, F. B.. **Os efeitos da sentença no novo código de processo civil**. Disponível em: <<http://profbarros.adv.br/site/?p=1736>>. Acesso em: 31 mar. 2019.
- DIDIER JR, F.; ZANETI JR., H. **Curso de direito processual civil: processo coletivo**. 12. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.
- MAZZILLI, H. N. **A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MIRAGEM, B. **Curso de direito do consumidor**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- NEVES, D. A. A. **Ações Constitucionais**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.
- . **Manual de direito processual civil: volume único**. 9. ed. Salvador: JusPodivm, 2017.
- TARTUCE, F.; NEVES, D. A. A. **Manual de Direito do Consumidor: direito material e processual**. 7. ed. São Paulo: MÉTODO, 2018.
- THEODORO JÚNIOR, H. **Curso de direito processual civil**. 54. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. 1 v.